

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.853 - RS (2019/0298941-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : SULVIAS S/A - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS
ADVOGADOS : CARLOS SPINDLER DOS SANTOS - RS057565
TALES SANTOS DA CUNHA - RS103358
RECORRIDO : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADOS : FERNANDO BARCELLOS DE ALMEIDA - RS001936
JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP273843

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.0221 DO NCPC QUE NÃO SE VERIFICA. AJUIZAMENTO DA DEMANDA CONTRA PARTE MANIFESTAMENTE ILEGÍTIMA. EMENDA REALIZADA APÓS O IMPLEMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL. CITAÇÃO DA PARTE LEGÍTIMA OCORRIDA DE MODO INTEMPESTIVO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. CITAÇÃO ANTERIOR QUE NÃO PODE INTERROMPER O PRAZO PRESCRICIONAL. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (PORTO SEGURO) ajuizou, perante a Justiça Federal, ação regressiva de ressarcimento de danos contra DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE - DNIT (DNIT).

Citado, o DNIT contestou, alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva, que foi acolhida, sendo determinada a inclusão no polo passivo a concessionária SULVIAS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS (SULVIAS), com a remessa dos autos à Justiça Estadual.

Citada, SULVIAS apresentou contestação.

O Juízo de 1º Grau, então, reconhecendo que a citação do DNIT em demanda extinta por ser ele parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda não pode ser entendida como causa interruptiva da prescrição contra a SULVIAS, julgou extinta a ação regressiva em razão da prescrição da pretensão, com fundamento no art. 487, II, do NCPC.

A apelação interposta por PORTO SEGURO foi provida pelo TJRS em acórdão assim ementado:

Superior Tribunal de Justiça

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO REGRESSIVA. PRESCRIÇÃO INOCORRETE. DECISÃO DESCONSTITUÍDA. PRECEDENTE DO STJ.

Nos termos da orientação jurisprudencial capitaneada pelo STJ, a citação válida ostenta aptidão para interromper o curso do prazo prescricional ante a aparência de correta propositura da ação. Ainda que extinto o processo, sem resolução de mérito por ilegitimidade de parte, na espécie, configurada a causa interruptiva do prazo prescricional, em conformidade com o artigo 240, § 1º, do CPC.

APELAÇÃO PROVIDA.

SENTENÇA DESCONSTITUÍDA (e-STJ, fl. 542).

Os embargos de declaração opostos pela SULVIAS foram desacolhidos (e-STJ, fls. 561/574).

Irresignada, SULVIAS interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação dos arts. 202, I, do CC/02, 219, § 1º, do CPC/73, e 240, § 1º, 489, § 1º, IV, e 1.022, II, e parágrafo único, II, do NCPD, sustentando, em síntese, (1) negativa de prestação jurisdicional; e (2) que a citação de parte ilegítima não tem o condão de interromper a prescrição em relação à parte legítima.

Contrarrazões do recurso especial (e-STJ, fls. 678/690).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 693/698).

É o relatório.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPD, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da negativa de prestação jurisdicional

Não se verifica, no caso, a alegada vulneração dos referidos dispositivos legais, porquanto o TJRS apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas na medida necessária para o deslinde da controvérsia, notadamente quanto a interrupção do prazo prescricional.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão pelo não acolhimento de teses ventiladas por SULVIAS, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

(2) Da interrupção da prescrição

A Corte Especial deste Tribunal Superior firmou entendimento no sentido de que não há interrupção da prescrição se a citação válida ocorre depois da concretização do prazo prescricional ou se ela não obedece a forma da lei processual, como na hipótese de direcionamento da ação contra parte ilegítima, como ocorreu na espécie.

Nessa ordem de decidir, destaco o seguinte precedente da Corte Especial:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. IMPOSTO DE RENDA. RESTITUIÇÃO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA PARTE ILEGÍTIMA. CITAÇÃO VÁLIDA. AUSÊNCIA DE INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 202, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL/2002 E ART. 219, CAPUT E § 1.º, DO CPC/1973 (ATUAL ART. 240, § 1.º, DO CPC/2015). EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

1. Nos termos do § 1.º do art. 219 do CPC/1973, a citação válida, ainda quando ordenada por juiz incompetente, interrompe a prescrição, que retroagirá à data da propositura da ação. O § 1.º do art. 240 do CPC/2015, por sua vez, alinhado com a novo Código Civil, reza que a interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

2. O inciso I do art. 202 do Código Civil/2002 condiciona o efeito interruptivo da prescrição, a partir do despacho que ordenar a citação, "se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual".

3. É consequência inarredável das normas de regência que não há interrupção da prescrição (i) se a citação ocorre depois da implementação do prazo prescricional, salvo demora imputável à administração judiciária (§ 3.º do art. 240 do CPC/2015); ou, mesmo antes, (ii) se a citação não obedece a forma da lei processual. Nessa segunda perspectiva, se a ação é endereçada à parte ilegítima, claramente não foi observada a forma da lei processual e, por conseguinte, não há falar em interrupção do prazo prescricional.

4. Cumpre ressaltar que, no caso dos autos, não há falar em dúvida acerca da parte legítima - o que, eventualmente, poderia ensejar a mitigação desse entendimento acerca da interrupção do prazo prescricional -, porquanto as ações foram propostas apenas em face da União, parte já reconhecidamente ilegítima à época,

Superior Tribunal de Justiça

em razão do julgamento do REsp n.º 989.419/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 18/12/2009, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 193) e da edição da Súmula n.º 447/STJ: "Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores." (Súmula n.º 447, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010).

5. Embargos de divergência conhecidos e acolhidos para, cassando o acórdão embargado da Segunda Turma, conhecer do agravo em recurso especial e dar provimento ao recurso especial do ESTADO DO PARANÁ, a fim de restabelecer a sentença de primeiro grau, que havia declarado a prescrição da pretensão dos Autores, com a consequente extinção do processo, com base no art. 269, inciso IV, do CPC/1973.

(EAREsp nº 1.294.919/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Corte Especial, julgado aos 5/12/2018, DJe de 13/12/2018, sem destaque no original).

A Terceira Turma desta Corte também, sobre o tema, se pronunciou no julgamento do REsp nº 1.527.157/PR, da relatoria do e. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, no qual se discutiu se a citação válida, mas de parte ilegítima, possui eficácia interruptiva em desfavor da parte legítima contra a qual apenas se direcionou a demanda, acolhido o pedido de emenda da petição inicial e realizada nova citação, após o implemento do prazo prescricional e o escoamento dos prazos previstos nos §§ 2º e 3º do art. 219 do CPC/73, contados do primeiro despacho ordinatório da citação. São estas as palavras do Relator:

[...]

*Mas não só o despacho para a mera citação em uma ação cuja petição inicial atenda os requisitos do art. 283 do CPC/73 faz interrompido e retroagido o efeito da interrupção. Como já referi, haverá, ainda, a necessidade de **a citação realizar-se válida e tempestiva.***

Elegeu o legislador como que um ato complexo a deflagrar os efeitos materiais relativos à interrupção, notadamente a sua retroação. Conjugou-se o despacho que ordena a citação à hígida e tempestiva realização do ato citatório. Sem esta higidez formal e sem atender-se aos prazos previstos na legislação não haverá falar em retroação e nem em interrupção.

Ora, se inexistente citação, se ela é declarada nula, ou, ainda, se ela é realizada em pessoa totalmente diversa daquela que deveria responder pela prestação que se busca ver satisfeita na ação, não vejo como reconhecer-se interrompido o lapso prescricional.

Para a retroação do efeito interruptivo oriundo da citação tenho que é imperioso que o ato cientificatório ocorra na pessoa

Superior Tribunal de Justiça

daquele contra o qual se postula a condenação à prestação cujo prazo prescricional encontra-se em curso.

Com efeito, apenas a citação hígida e tempestiva da parte legitimada para estar no polo passivo da ação, conciliando-se, a um só tempo, a cessação da inércia do titular do direito à prestação e, ainda, a constituição em mora do efetivo devedor, enquanto efeito próprio da citação, é que se poderá entender interrompida a prescrição e, ainda, retroagidos os seus efeitos à data da petição inicial apta.

Não se justificaria ter o legislador eleito a conjugação da citação válida ao despacho que a ordena, se bastasse para a interrupção do prazo prescricional o mero ajuizamento da ação contra qualquer pessoa que não aquele materialmente responsável pela satisfação da obrigação.

Na hipótese dos autos, ademais, sequer se trata de hipótese em que a legitimidade passiva para a causa poderia ser considerada controvertida. O próprio demandante acabou por reconhecer que a sociedade empresária por ele originalmente indicada como ré sequer retransmitiria o sinal do SBT, empresa do ramo das telecomunicações em que veiculado o programa jornalístico em que propagandas as pretensas ofensas, senão o sinal da Record, que vínculo algum possuía com o referido programa televisivo.

Relembro que, de um modo ou de outro, as hipóteses legais previstas no Código Civil de interrupção da prescrição tangenciam a constituição em mora ou a ciência do devedor da prestação que se busca ver cumprida (sem destaques no original).

Observa-se da fundamentação supracitada a afirmativa de que se não existe citação, ou se ela é declarada nula, ou se é realizada em pessoa diversa da que deveria responder pela prestação, não se reconhece a interrupção do prazo prescricional, entendimento que é perfeitamente aplicável ao caso em análise, porque a citação foi realizada em pessoa totalmente diversa daquela que deveria responder pela ação regressiva de ressarcimento de danos, no caso, o DNIT.

O acórdão recebeu a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. AJUIZAMENTO DE AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA PARTE MANIFESTAMENTE ILEGÍTIMA. EMENDA REALIZADA APÓS O IMPLEMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL. CITAÇÃO DA PARTE LEGÍTIMA OCORRIDA DE MODO INTEMPESTIVO, QUANDO JÁ ESCOADO O LAPSO PRESCRICIONAL. INAPLICABILIDADE DO EFEITO INTERRUPTIVO RETROATIVO.

1. Discussão acerca da eficácia interruptiva da prescrição operada pela citação válida, mas de parte ilegítima, em relação à

Superior Tribunal de Justiça

parte legítima contra a qual apenas foi direcionada a demanda após o acolhimento do pedido de emenda da petição inicial.

2. Nova citação realizada apenas após o implemento do prazo prescricional e do escoamento dos prazos previstos nos §§ 2º e 3º do art. 219 do CPC/73, contados do primeiro despacho ordinatório. 3. Ação indenizatória por danos morais decorrentes de veiculação, em 15/06/2004, de matéria jornalística alegadamente ofensiva ajuizada em 13/06/2007, alguns dias antes do implemento da prescrição trienal prevista no art. 206, §3º, inciso V, do CC.

4. A maior parte dos precedentes do STJ, versando acerca dos efeitos interruptivos da prescrição advindos da citação válida, remontam a fatos ocorridos na vigência do art. 175 do CC/16, cuja revogação pelo CC/02 e posterior tratamento legislativo do tema, exige uma nova abordagem da questão.

5. A interpretação que mais bem atende ao disposto no art. 219, §1º, do CPC/73 e, ainda, ao art. 202, inciso I, do CC, é a de que apenas com a citação formalmente correta e tempestiva da parte legitimada para estar no polo passivo da ação, é que se poderá entender interrompida a prescrição.

6 Recurso especial desprovido.

(REsp nº 1.527.157/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado aos 5/6/2018, DJe de 8/6/2018).

Nessas condições, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso especial para restabelecer a sentença de 1º Grau.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator